

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

CAROLINA SILVA SANTOS

COMUNICAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil e o papel da Comunicação Pública

São Paulo
2020

CAROLINA SILVA SANTOS

COMUNICAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil e o papel da Comunicação Pública

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como critério para formação no curso de Bacharelado em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas.

Orientação: Profa. Dra. Simone Alves de Carvalho

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santos , Carolina Silva
Comunicação pela Educação: O acesso ao ensino superior no
Brasil e o papel da Comunicação Pública / Carolina Silva
Santos ; orientadora, Simone Alves de Carvalho. -- São
Paulo, 2020.
58 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e
Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Comunicação Pública I. Alves de Carvalho, Simone II.
Título.

CDD 21.ed. - 659

Nome: Carolina Silva Santos

Título: Comunicação pela Educação: o acesso ao ensino superior no Brasil e o papel da
Comunicação Pública

Aprovado em: ____/____/____

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Dedico este trabalho a minha mãe, Carmen, sem a qual nada disso seria possível.

Agradeço a todas as pessoas que me formaram e, em especial, aos mestres Marioto, Aline Risso, Simone Carvalho e Suzana Proja. E, sem dúvidas, a minha família e amigos, que fizeram minha jornada sempre mais agradável, meus fiéis ouvintes.

“Deixe suas escolhas refletirem suas esperanças, não seus medos”

Nelson Mandela

RESUMO

SANTOS, Carolina Silva. **Comunicação pela Educação: o acesso ao ensino superior no Brasil e o papel da Comunicação Pública.** 2020. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O presente trabalho estuda o acesso ao ensino superior no Brasil partindo dos conceitos de democratização e desigualdade, bem como analisa a comunicação pública das políticas públicas de educação que possibilitam o acesso ao ensino superior e, em específico, a comunicação empregada nas peças audiovisuais pré e pós Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos anos de 2015, 2017 e 2019. Metodologicamente, utilizamos pesquisa bibliográfica e documental para constituir este estudo. Apresentamos primeiramente um panorama geral do sistema de educação no Brasil e, posteriormente, o acesso ao ensino superior e suas respectivas políticas públicas. Em adição, estudamos o conceito de comunicação pública e o princípio da publicidade estatal. Conclusivamente, a análise das peças dos três anos, de governos distintos, e o referencial teórico apresentados possibilitaram identificar informações que se perdem ou se ganham em cada uma das gestões, demonstrando o papel do Estado na divulgação de informações relevantes no contexto educacional.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Brasil. Comunicação Pública.

ABSTRACT

SANTOS, Carolina Silva. **Communication and Education**: the access to higher education in Brazil and the role of Public Communication. 2020. Monografia ((Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This paper aims to study the access to higher education in Brazil starting from the concepts of democratization and inequality, as well as analyzes the Public Communication of public education policies that allow access to higher education and, in particular, the communication used in audiovisual productions pre and post Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) in 2015, 2017 and 2019. Methodologically, we used bibliographical and documentary research to constitute this study. We first present an overview of the education system in Brazil and, later, access to higher education and its respective public policies. In addition, we studied the concept of Public Communication. In conclusion, the analysis of the videos of the three years, from different governments, and the theoretical framework presented made it possible to identify information that is lost or gained in each of the administrations, demonstrating the role of the State in the dissemination of relevant information in the educational context.

Keywords: Education. Higher Education. Brazil. Public Communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade.....	13
Figura 2 - Número de matrículas na educação superior, por modalidade de ensino.....	19
Figura 3 - Quantidade de estudantes por tipo de instituição.....	22
Figura 4 - Gênero por área de estudo.....	23
Figura 5 - Raça/cor por tipo de instituição.....	24
Figura 6 - Origem dos ingressantes no ensino superior.....	24
Figura 7 - Estado de cada região com maior número de inscritos.....	26
Figura 8 - Quantidade de negros e pardos nas Instituições de Ensino Superior.....	33
Figura 9 - Enem 2015.....	40
Figura 10 - Enem 2017.....	41
Figura 11 - Enem 2019.....	43
Figura 12 - Antes do Enem (Comparação de Informações).....	44
Figura 13 - Pós Enem 2015.....	45
Figura 14 - Sisu 2017.....	46
Figura 15 - Prouni 2017.....	46
Figura 16 - Sisu, Prouni e Fies 2019.....	47
Figura 17 - Depois do Enem (Comparação de Informações).....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EaD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Educação Superior
MEC	Ministério da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DEMOCRATIZADO E DESIGUAL: O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL...13	
2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....19	
2.1 O PERFIL DO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO.....21	
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....25	
2.2.1 Enem.....25	
2.2.2 Prouni.....28	
2.2.3 Sisu.....30	
2.2.4 Fies.....31	
2.2.5 Cotas.....32	
3 EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....35	
3.1 PUBLICIDADE ESTATAL.....37	
4 PEÇAS NOS ÚLTIMOS GOVERNOS.....39	
4.1 ANTES DO ENEM.....39	
4.2 DEPOIS DO ENEM.....44	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....51	
REFERÊNCIAS.....53	

INTRODUÇÃO

Em 1948 foi aprovado pela Assembleia da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no artigo 26 contempla o direito à educação e inspirou, segundo a Organização das Nações Unidas Brasil (2018), a Constituição Federal de 1988 que aponta, no artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado; e no artigo 206, o pressuposto de que o ensino será baseado no princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). No entanto, no Brasil, conforme resultados do Mapa de Aprendizagem (2018), a desigualdade entre alunos pobres e ricos é uma das maiores do mundo, pois os dados do levantamento revelam que o grupo de alunos brasileiros com nível socioeconômico mais alto obteve, em média, 100 pontos a mais na nota do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) do que aqueles pertencentes a grupos de menor poder aquisitivo (MORENO; VALADARES, 2019).

Nesse contexto, cria-se, conseqüentemente, desigualdade de oportunidade no acesso ao ensino superior, o que além de impactar diretamente os indivíduos desfavorecidos econômica e socialmente, afeta a sociedade num todo, visto que influencia na produtividade e capacidade da economia brasileira no desenvolvimento de tecnologias nacionais (CARVALHO; WALTENBERG, 2015). Assim, diante dos desafios na educação brasileira, as políticas públicas tornam-se ferramentas necessárias para possibilitar o aumento do número de pessoas socioeconomicamente desfavorecidas nas instituições de ensino superior, isto porque facultam o acesso a essa fase de ensino por parte destes grupos e que por isso são privados ou possuem acesso limitado a estes serviços (CARVALHO; WALTENBERG, 2015).

Diante desse cenário o presente trabalho tem por objetivo analisar a comunicação pública das políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil. Sendo os objetivos específicos: conhecer o perfil do universitário brasileiro, identificar as principais fontes de desigualdade e empecilhos no acesso ao ensino superior, identificar as principais políticas públicas de educação e analisar as peças de divulgação de informação antes e após o Exame Nacional do Ensino Médio.

Tendo em vista os objetivos apresentados, o trabalho está organizado em quatro capítulos, dos quais o primeiro estuda, a partir de referencial teórico, o sistema de educação no Brasil; o segundo analisa o ensino superior, o perfil dos estudantes universitários e as

principais políticas públicas de acesso às instituições de ensino superior; o terceiro trata de uma pesquisa conceitual referente às principais definições de comunicação pública e sua relação com a educação no que tange a publicização das informações. Por fim, o capítulo quatro compreende uma análise das peças de comunicação divulgadas antes e depois do Exame Nacional do Ensino Médio pelos últimos três governos do Brasil (Dilma, Temer e Bolsonaro) nos canais abertos de televisão, nos anos de 2015, 2017 e 2019. Cabe pontuar que o ano de 2016 não foi analisado por se tratar de um ano de transição, dado o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e a posse de Michel Temer (MDB), assim como 2018, no qual ocorreu a eleição presidencial que elegeu Jair Bolsonaro (PSL - Aliança pelo Brasil).

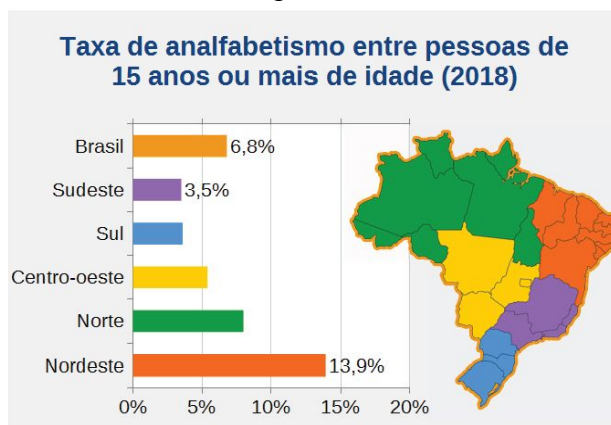
1 DEMOCRATIZADO E DESIGUAL: O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment – PISA, 2015), o Brasil está em 65º lugar geral entre 70 nações avaliadas no ranking de educação na área de matemática, 63º em ciências e 59º em leitura. Os indicadores mostram que o país deixa a desejar quando o quesito é investimento em educação e melhorias no ensino fundamental e médio público. Sendo, portanto, o desempenho educacional dos brasileiros insatisfatório, ficando atrás, de países latino-americanos como Colômbia, Costa Rica, Argentina e Chile.

Em primeiro plano, é necessário pontuar que o Brasil não dispõe das mesmas oportunidades educacionais para toda a população. De acordo com Oliveira (2019), a educação brasileira ainda não é para todos, pois, segundo a pesquisa Pnad-Contínua do IBGE, 40% dos brasileiros com mais de 25 anos não tem o ensino fundamental e $\frac{2}{3}$ das crianças de 0 a 3 anos de idade estão fora da creche.

Segundo dados do IBGE (2018), no Brasil a quantidade de pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas é de aproximadamente 11,3 milhões, sendo a região Nordeste a que tem maior taxa de analfabetismo (13,9%), seguida da região Norte (8%). É importante pontuar que, de acordo com o IBGE, são consideradas analfabetas todas aquelas pessoas que não sabem ler ou escrever, descartando, nesse contexto, os casos de analfabetismo funcional, “indivíduos que, embora saibam reconhecer letras e números, são incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas” (PEREZ, s/d).

Figura 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE (2018)

Há também um grande abismo entre o nível educacional dos estratos sociais mais abastados e das classes mais pobres; segundo levantamento feito pelo cientista de dados Leonardo Sales e divulgado pelo jornal Estadão (2019), um aluno pobre tem apenas 0,16% de chances de estar entre os melhores classificados na prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Essa discrepância trata não só de escassez de recursos financeiros, mas também da falta de tempo para dedicar-se aos estudos por parte das classes sociais mais baixas, uma vez que, em muitos casos, essas necessitam trabalhar em tempo integral para poder custear necessidades básicas, assim como mostra a pesquisa Pnad-Contínua do IBGE de 2017, na qual o trabalho aparece como a maior justificativa para evasão escolar por parte dos jovens. Nesse contexto, pode-se citar, como exemplo à busca de trabalho, a crescente adesão por parte dos jovens brasileiros aos trabalhos informais das empresas donas de aplicativos de entrega e serviços, que caso se unissem em uma única companhia, seriam hoje as maiores empregadoras do Brasil, como mostra pesquisa Instituto Locomotiva (2019). No entanto, para Putti (2019), “as relações de trabalho mediadas por aplicativos tornaram-se a mais dinâmica força de geração de emprego precário no país”, tendo em vista que “motoristas e entregadores trabalham até 18 horas por dia para garantir um sustento mínimo”, o que diminui, conseqüentemente, o tempo hábil para os estudos.

Por outro lado, a educação só foi assegurada como direito no Brasil em 1988 com a Constituição Federal, anteriormente o Estado não tinha obrigação de ofertar o ensino para todos, ou seja, a partir da Constituição o Estado garantiu a educação como um direito e não como um privilégio. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, foi criada para regulamentar todo o ensino de educação no Brasil, do público ao privado, do fundamental ao superior; estabelecendo que a educação básica é obrigatória e deve ser gratuita para todos os cidadãos dos quatro aos dezessete anos de idade, mas também a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade apropriada. Ademais, a lei deixa claro que:

Art. 5º . O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. (BRASIL, 1996).

Todavia, para Haddad (2007, p. 31), “os avanços na oferta de escolaridade dos brasileiros não alteram o quadro das desigualdades na educação”, de modo que o Estado buscou assegurar o acesso de todos à educação, conforme a Constituição, mas não investiu na criação de condições e ações para garantir que esses indivíduos, que sempre estiveram à margem, alcançassem êxito e concluíssem o nível básico de educação. Ou seja, se, por um lado, o sistema público de ensino encontra-se democratizado, por outro segue preservando *gaps* que perpetuam desigualdades.

Se outrora as minorias não tinham acesso à escola, com a democratização do ensino básico público, as desigualdades foram ampliadas para dentro do sistema escolar, haja vista que as condições de ensino, a estrutura dos prédios e o suporte por parte do Estado estão bem longe de chegar ao aceitável, quiçá ao ideal. De acordo com Soares Neto et al. (2013) os fatores contextuais como a infraestrutura das escolas, também interferem no desempenho dos alunos, pois “demonstram que as diferenças de desempenho podem ser a reprodução de um histórico de desigualdades sociais” (SOARES NETO et al., 2013, p. 97), segundo levantamento feito pelos autores:

somente 0,6% das escolas [públicas] apresentam uma infraestrutura considerada avançada. Esses resultados demonstram o quanto ainda é preciso avançar para proporcionar aos estudantes um ambiente escolar com infraestrutura adequada aos propósitos de uma educação de qualidade, especialmente pública, o que perpassa pela qualidade da infraestrutura escolar. (idem, p. 89).

Uma pesquisa realizada pela Fundação Lemann em 2017, que levou em consideração critérios de infraestrutura, experiência dos diretores e corpo docente, mostra que os alunos mais pobres estão em escolas menos preparadas.

Como o ensino público contempla a grande maioria dos alunos brasileiros, esses fatores vêm perpetuando o ciclo de desigualdade social enfrentado pelo país. De acordo com um estudo sobre resiliência acadêmica conduzido pela OCDE, apenas 2,1% dos estudantes de baixa renda no Brasil atingem um nível educacional que efetivamente os prepara para assumir papéis ativos em suas comunidades e para aproveitar oportunidades pessoais e profissionais. (MIZNE, 2019, s/p).

Assim fica nítido o contraste entre os jovens de famílias ricas que estudam em boas escolas, e aqueles de classes baixas “que estão em instituições com piores condições, são ensinados por professores menos qualificados e de pouca experiência, o que acaba perpetuando as desigualdades” (MANSUR, 2018, s/p).

Para Haddad (2007, p. 32), “a falta de qualidade do ensino básico é uma das principais causas dos problemas educacionais no Brasil e do baixo nível de escolaridade da população”, pois, a seu ver, “o ensino sem qualidade induz ao aumento na taxa de reprovação dos alunos, bem como um incremento na taxa de evasão escolar” (HADDAD, 2007, p. 32). De acordo com a pesquisa Educação 2017, realizada pelo IBGE, mais de 25 milhões de jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos de idade não frequentam a escola e tão pouco cursos técnicos ou de graduação; o motivo mais citado como justificativa para o abandono dos estudos é trabalho (39,7%), ou seja, necessidade de renda. Motivos como falta de interesse (20,1%) e cuidar de pessoas ou afazeres domésticos (11,9%) também se destacam, ainda que em menor proporção. Vale pontuar que, segundo a pesquisa, a evasão relacionada com a falta de interesse, está também relacionada com a desmotivação dentro de sala de aula, desconexão com os colegas e a dificuldade em acompanhar o conteúdo ensinado, dado a baixa qualidade do ensino básico público.

Para Auriglietti (2019) os desdobramentos do abandono dos estudos impactam tanto na esfera profissional e pessoal quanto no exercício da cidadania, visto que

em âmbito pessoal a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos e deveres. Profissionalmente podem encontrar limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica. A baixa escolaridade pode também dificultar ou comprometer a escolha com discernimento de governantes e a compreensão de que podem ter papel importante na estruturação da sociedade. (2019, p. 2).

Assim, percebe-se a educação também como direito social que, dentre outras coisas, possibilita ao indivíduo “conhecer e refletir sobre os conhecimentos científicos elaborados pela humanidade no decorrer do tempo e, aplicar esse conhecimento no seu cotidiano social, tornando os verdadeiros cidadãos, conhecedores de seus direitos e deveres” (AURIGLIETTI, 2014, p. 18).

Ademais, cabe ressaltar que as desigualdades que impactam direta ou indiretamente o acesso ao Ensino Superior são - além de econômicas e sociais - regionais e raciais; visto que a localização geográfica também impacta o acesso a um curso de nível superior, pois o tempo e o custo de deslocamento até uma instituição de ensino também é levado em consideração pelos alunos. Já no que diz respeito à desigualdade racial, segundo Araújo (2014), as questões históricas afro-brasileiras reverberam e influenciam no acesso à educação até os dias de hoje, sendo estruturada, nesse caso, sobre dois eixos: exclusão e abandono. Para o autor:

É notório que as desigualdades que permeiam o sistema educacional brasileiro atingem todos os sujeitos pobres e carentes de instrução, no entanto com maior intensidade os negros. Percebe-se que se garantiu o acesso, mas que a qualidade da educação oferecida pouco contribui para tirá-los do lugar subalternos a que foram condicionados, tampouco para a melhoria na sua qualidade de vida. (ARAÚJO, 2014, p. 130).

Em adição, o analfabetismo entre negros e pardos (9,1%) é mais que o dobro do que entre os brancos (3,9%), segundo pesquisa Pnad-Contínua do IBGE (2018). Assim, além de, historicamente, a população negra ter o acesso dificultado a bens e serviços, essa desigualdade também se estende no acesso aos “conhecimentos científicos e aos saberes sistematizados, em comparação com a população branca” (ARAÚJO, 2014, p. 130).

Deste modo, como apresentado pelos autores, fica evidenciada a importância da educação para os indivíduos e sociedade como um todo, visto que o campo da educação está diretamente relacionado com fatores sociais, culturais e econômicos. Para o filósofo político norte americano John Rawls (1971), as instituições sociais devem ser justas, acessíveis a todos. Assim, é possível também fazer um paralelo do pensamento de Rawls com a educação pública no Brasil, visto que a “solução para uma sociedade promissora é um contrato social justo entre o Estado e os indivíduos” (SOLER, 2015, s/p).

Diante dessa necessidade de repensar a educação brasileira, pesquisadores do Banco Mundial, após estudo qualitativo com jovens brasileiros de 18 a 25 anos de idade, sugerem a criação de políticas públicas que facilitem o acesso a informação sobre oportunidades de estudo e trabalho e que ofereçam programas de apoio que ajudem “esses jovens a lidar com as dificuldades associadas ao cumprimento de objetivos” (CERATTI, 2018, s/p).

Por outra perspectiva, pode-se pensar em intervenções que precedem o período de adolescência e juventude, a partir de uma reestruturação da educação básica, como defendido pelo educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, em que a educação é entendida como um processo com pessoas e não apenas para pessoas, pois mais importante que transferir conhecimento é criar possibilidades de diferentes construções educacionais, tendo, portanto, sempre a necessidade de pensar o contexto social em que os alunos vivem e, sobretudo, passar a entendê-los como sujeitos que constroem saberes múltiplos e não apenas aqueles tidos como acadêmicos e elitizados, rompendo assim com o modelo de educação

verticalizada (FREIRE, 1967). Esse método, se aplicado, contribuiria para a diminuição da evasão escolar, pois segundo Cardoso e Estrada (2013),

o aluno faria um esforço se percebesse que os conteúdos da aprendizagem são medianamente atrativos, úteis, conectados, com sua vida diária, atraentes o suficiente para que o esforço valha a pena. Quando, pelo contrário, descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando. Pouco a pouco, seu atraso vai se ampliando e chega um momento em que a distância com o ritmo médio da turma se torna intransponível. (CARDOSO; ESTRADA, 2013, p. 8).

Destarte, os fatores de desigualdade apresentados anteriormente colaboram para o fenômeno chamado “Geração Nem Nem”, no qual mais de 11 milhões de jovens com idades entre 15 e 29 anos não trabalham e nem estudam. Para a cientista social, Miriam Müller (2019), o fenômeno está ligado também à pobreza e ao gênero, já que o percentual é maior entre as mulheres e pessoas negras. No que tange ao aspecto do gênero, “encontram-se principalmente as mulheres casadas e com filhos pequenos, vivendo sob normas sociais que reforçam seu papel de cuidadoras e restringem suas oportunidades econômicas” (CERATTI, 2018, s/p). E na questão econômica, o estudo de Müller pontua que há “os desafios de conciliar emprego e sala de aula, poucos recursos financeiros ou qualificação, falta de transporte público seguro para se locomover entre uma atividade e outra” (CERATTI, 2018, s/p).

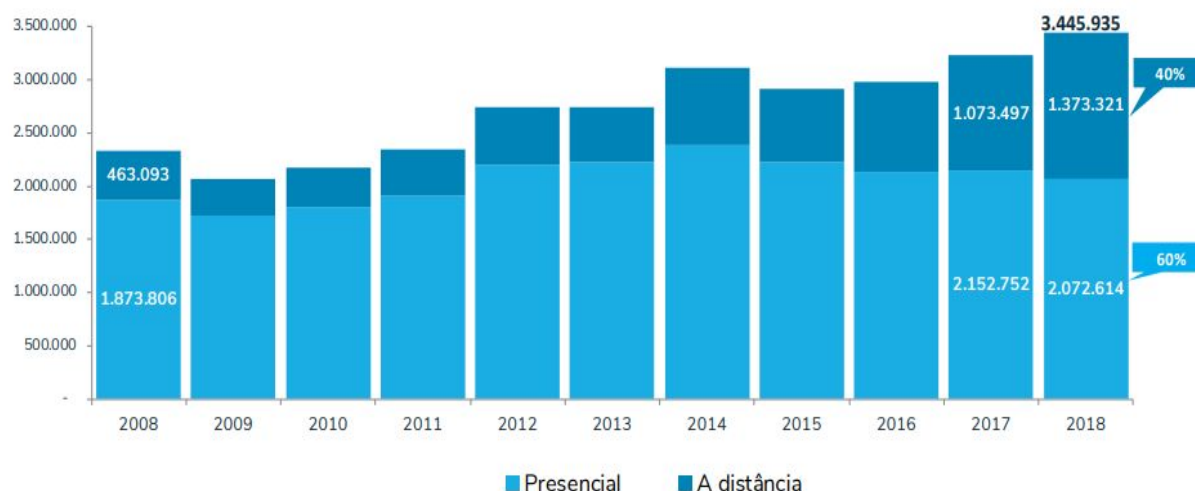
2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior (CES) realizado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há um total de 2537 Instituições de Educação Superior (IES), sendo 88,2% privadas e 11,8% públicas. Das 299 instituições públicas, 42,8% pertencem à categoria administrativa estadual, 36,8% à federal e 20,4% à municipal. Dentre as IES, na categoria de universidades, 53,8% é pública; já entre as IES privadas predominam as faculdades, um total de 86,2%.

Apenas 2,2% das Instituições de Ensino Superior oferecem 100 ou mais opções de curso, sendo ofertados em média, aproximadamente, 15 cursos por instituição. Deste total, 90% dos cursos são oferecidos na modalidade presencial, 2% a menos em relação ao censo de 2017 (INEP), o que demonstra o crescimento do Ensino à Distância (EaD).

Em 2018, 3,4 milhões de pessoas deram início a algum curso de educação superior, um crescimento de 6,8% em relação a 2017 (INEP), principalmente pela expansão do ensino a distância, como representado na figura 2:

Figura 2 - Número de matrículas na educação superior, por modalidade de ensino



Fonte: Censo da Educação Superior 2018 - INEP

Entre os anos de 2008 e 2018 o número de ingressos na Educação a Distância triplicou, um aumento de 196,6%, enquanto no ensino presencial o número variou positivamente em 10,6%.

Apesar do reconhecimento do valor do ensino superior, o percentual de jovens de 18 a 24 anos (faixa etária esperada para cursá-lo) com acesso a ele ainda é muito baixo no Brasil, não obstante o crescimento verificado na última década. Atualmente, para cada 100 jovens nessa faixa etária, apenas 18 estão no ensino superior, número bem inferior aos verificados em países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. (NEVES, 2018, s/p).

A dificuldade em acessar o ensino superior permanece alta. Entre as classes menos favorecidas economicamente o acesso é viabilizado por dois caminhos principais: conseguir uma boa nota e qualificação nos vestibulares e no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para conseguir uma vaga em universidade pública ou bolsa de estudos; e ter estabilidade financeira para conseguir custear as mensalidades da faculdade.

O desempenho insatisfatório da maioria dos inscritos nos vestibulares é consequência de um sistema de ensino fundamental e médio público de baixa qualidade, como observado por Guimarães e Oliveira (2018) após análise dos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação referentes ao Enem de 2017:

A principal avaliação do país constata um nível de conhecimento pela metade. As médias gerais das provas objetivas das áreas de conhecimento cobradas no teste não passaram de 519,3 pontos, de um total de mil. Fosse numa escola regular, onde normalmente se exige 60% da totalidade de pontos distribuídos para “passar de ano”, muita gente seria reprovada. (GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2018, s/p).

Deste modo, o primeiro caminho, das notas boas e posições altas para pleitear vagas, permanece inviabilizado para um grande número de pessoas.

O segundo caminho, do custeio integral da faculdade privada com recursos próprios, é por si só uma realidade muito distante, uma vez que no Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017), 50% dos trabalhadores ganham menos de um salário mínimo.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 52% dos adultos brasileiros não têm diploma do ensino médio, a organização relaciona o baixo nível de escolaridade com a desigualdade de renda. Em adição, segundo o IBGE (2016) apenas 15,3% dos brasileiros tem ensino superior completo.

Segundo a 8ª edição do Mapa do Ensino Superior, em 2016 a evasão escolar no nível superior chegou a 30,1% na rede privada e 18,5% na rede pública. Para o diretor executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de

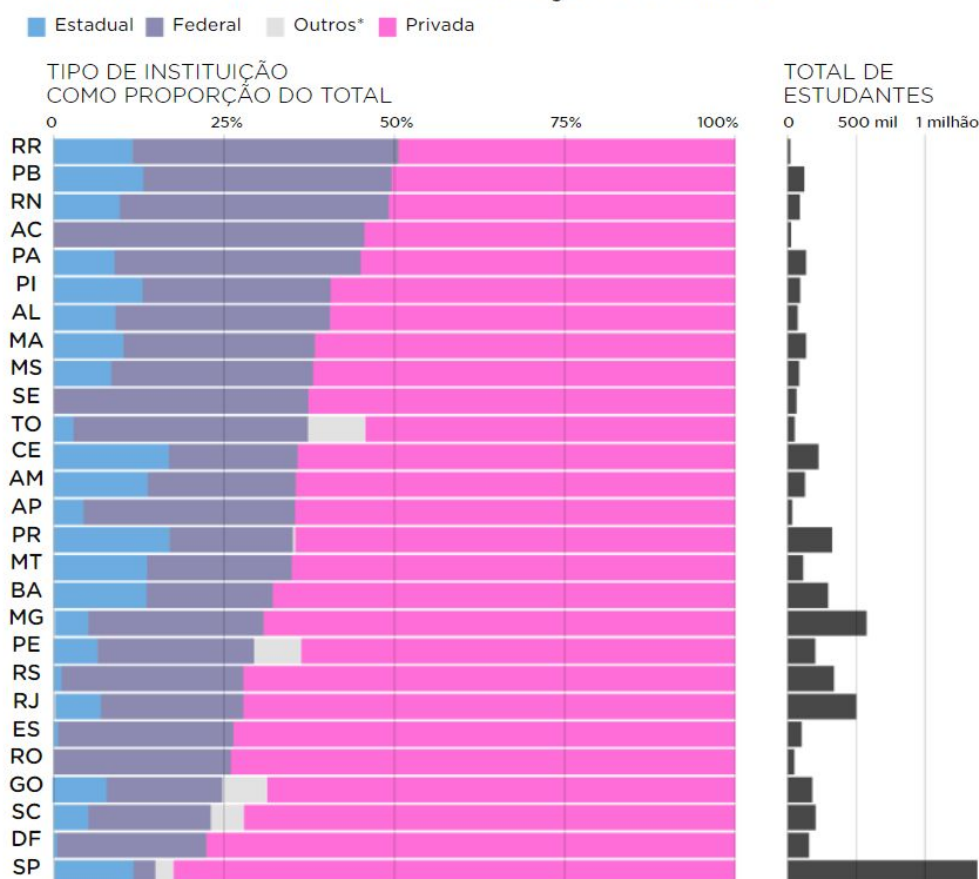
São Paulo, Rodrigo Capelato, “o Brasil está perpetuando as gerações sem acesso ao ensino superior”, e as principais razões são “política de financiamento estudantil ineficiente, dificuldades de acesso ao ensino público e falta de motivação dos jovens” (BOCCHINI, 2018).

2.1 O PERFIL DO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Segundo levantamento feito pelo Jornal Nexo com base no Censo do Ensino Superior de 2017 no INEP, em todos os estados do Brasil a maioria dos estudantes estão nas IES privadas, seguidas pelas federais e depois pelas estaduais, há também, em menor quantidade, a categoria “outros”, que se refere a instituições municipais ou criadas por lei municipal ou estadual mas que a fonte de recurso não é só o dinheiro público. Ademais, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Ceará são os estados com maior quantidade de estudantes, como apresentado no gráfico da figura 3.

Figura 3 - Quantidade de estudantes por tipo de instituição

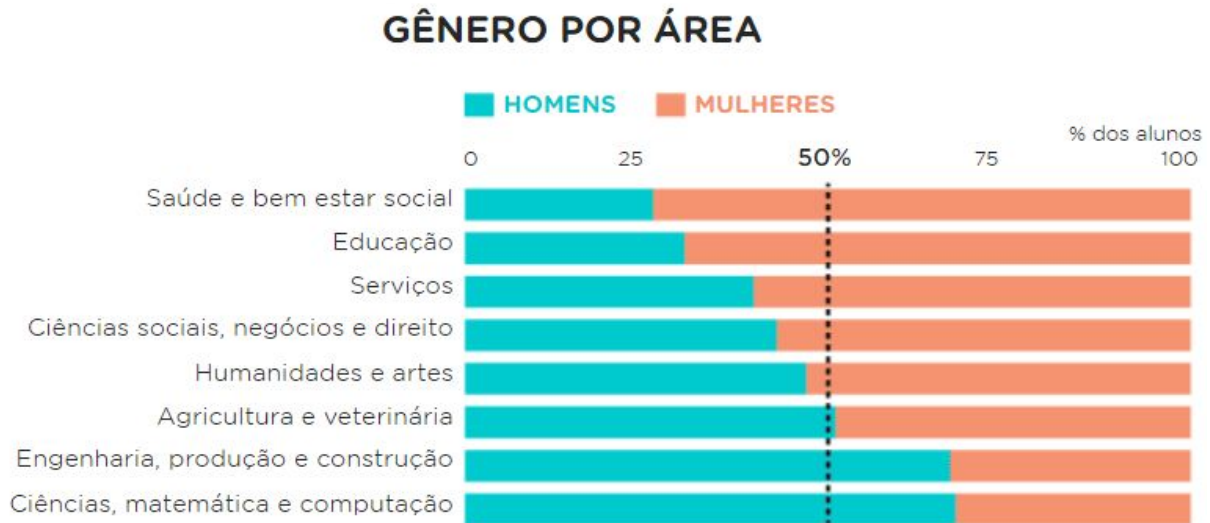
Estudantes por tipo de instituição de ensino



Fonte: Nexo Jornal e Censo do Ensino Superior, 2017

O Censo da Educação Superior apresenta duas importantes constatações sobre o perfil e preferência dos alunos: o gênero feminino é maioria tanto na modalidade presencial quanto a distância e os cursos de bacharelado são predominantes na modalidade presencial, enquanto os cursos de licenciatura são maioria no ensino a distância. Em 2018, 58% dos alunos estavam matriculados no grau acadêmico de bacharelado, 20,5% em licenciatura e 20,9% em tecnológico (INEP, 2018). Já na divisão por área de estudo, há uma predominância do gênero feminino em áreas como “saúde e bem estar social”, “educação”, “serviços”, “ciências sociais, negócios e direito”; enquanto o gênero masculino predomina em áreas como “ciências, matemática e computação” e “engenharia, produção e construção”.

Figura 4 - Gênero por área de estudo

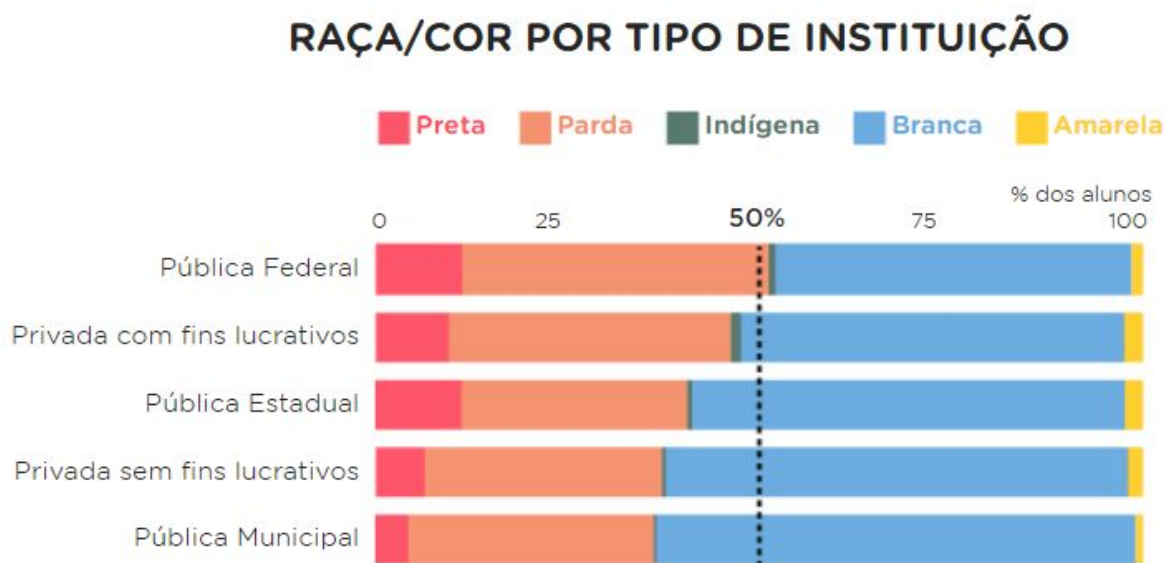


Fonte: Nexo Jornal e Censo do Ensino Superior, 2016

Em adição, - dentre os cursos considerados mais frequentes pela pesquisa - estética, pedagogia, serviço social, nutrição, enfermagem, psicologia e fisioterapia são, respectivamente, os cursos com menos homens (considerando o total de alunos); enquanto os cursos de engenharia mecânica, ciência da computação, engenharia de controle e automação, engenharia de computação, engenharia elétrica e o tecnólogo de análise de sistemas possuem menos estudantes mulheres.

Na classificação por cor, a quantidade de alunos brancos, de acordo com o Censo 2016, ainda era mais expressiva do que a quantidade de pretos, pardos, amarelos ou indígenas, sendo que o grupo de indígenas representa a menor porcentagem de alunos matriculados no ensino superior, seguido por amarelos. Os cursos com mais alunos autodeclarados brancos são, respectivamente: medicina, medicina veterinária, engenharia química, design, publicidade e propaganda, arquitetura e urbanismo, empreendedorismo; enquanto os cursos com menos alunos brancos e mais pardos e negros são: serviço social, licenciatura em letras (português), recursos humanos, licenciatura em química, enfermagem, licenciatura em geografia, licenciatura em literatura.

Figura 5 - Raça/cor por tipo de instituição



Fonte: Nexo Jornal e Censo do Ensino Superior, 2016

A origem dos ingressantes no ensino superior também é um fator a ser analisado quanto ao perfil do universitário brasileiro, visto que a discrepância entre o ensino básico e público e o ensino privado é evidente. O IBGE (2018) aponta que dentre os alunos que completaram o ensino médio na rede pública, apenas 36% foram para o ensino superior, enquanto para aqueles que se formaram em uma rede privada, o percentual é de 79,2%, mais que o dobro.

Figura 6 - Origem dos ingressantes no ensino superior



Fonte: A autora com base nos dados do IBGE (2020)

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Souza (2006), não existe uma única ou melhor definição de políticas públicas, porém pontua que a mais conhecida é a de Laswell, em que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (2006, p. 24). Contudo, de acordo com Souza, as “definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem” (2006, p. 25), assim:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

No Brasil, algumas das principais políticas públicas de educação são: Educação para Jovens e Adultos (EJA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Brasil Profissionalizado, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Programa Universidade para Todos (Prouni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Programas e ações criadas pelo governo que buscam viabilizar o acesso ao ensino ou medir o nível de conhecimento dos estudantes de ensino médio, como é o caso do Enem.

2.2.1 Enem

Iniciado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é uma das principais ferramentas para mensurar o conhecimento dos alunos do ensino médio, além de possibilitar, desde 2004, o ingresso no nível superior em IES brasileiras, por meio de políticas públicas como Sisu e Prouni. A partir de 2014, os resultados do Exame passaram a ser aceitos por algumas universidades portuguesas, como, por exemplo, a Universidade de Algarve. Apesar de ter como público principal os alunos do terceiro ano do ensino médio, o Enem, que ocorre anualmente, está disponível para qualquer pessoa que queira realizar a prova, sem distinção de idade ou nível acadêmico.

A prova é realizada em dois dias e é composta por 180 questões objetivas de: linguagens e suas tecnologias, ciências humanas, ciências da natureza e matemática e suas tecnologia, além de uma redação. O cronograma e calendário, bem como as orientações para inscrições são disponibilizados no site oficial: www.enem.inep.gov.br e no aplicativo para *smartphones* e *tablets*.

Segundo informações do Inep (2019), apesar da taxa de inscrição custar, em 2019, R\$85, o governo federal custeia cerca de 70% das inscrições, isso porque alunos de escolas públicas ou bolsistas integral de escolas privadas, regularmente matriculados do terceiro ano do ensino médio, são isentos da taxa, assim como aqueles indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social que possuem o Número de Identificação Social (NIS).

A partir da perspectiva regional, de acordo com a Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio, edição 2018, os inscritos são majoritariamente das regiões sudeste e nordeste, respectivamente, com maior quantidade de inscrições nos estados de São Paulo e Bahia; as regiões com menor quantidade de inscritos são: centro-oeste e sul, destas regiões os estados de Goiás e Rio Grande do Sul contam com o maior número de inscritos. Na Figura 7, observa-se a quantidade total de inscritos de cada região e o estado que se destaca em cada uma destas.

Figura 7 - Estado de cada região com maior número de inscritos

Região Geográfica	Unidade da Federação	Número de Inscritos
Brasil		5.513.747
Norte		616.950
Norte	Pará	283.861
Nordeste		1.812.239
Nordeste	Bahia	401.328
Sudeste		2.015.896
Sudeste	São Paulo	934.174
Sul		604.021
Sul	Rio Grande do Sul	243.555
Centro-Oeste		464.641
Centro-Oeste	Goiás	191.029

Fonte: Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio (2018)

Em 2018, dos 5.513.747 inscritos, 2.256.044 eram do sexo masculino e 3.257.703 do sexo feminino. Já por classificação de raça, houve mais declarados como pardos (2.561.318), seguidos, respectivamente, de brancos (1.981.657), pretos (698.694), amarelos (123.611), indígenas (34.033) e 10.248 dos inscritos não declararam. Vale pontuar que na região com mais inscritos, sudeste, o número de brancos (913.427) é superior ao número de pardos (744.310).

No quesito de inclusão o Enem oferece opções de acessibilidade para deficientes, autistas, discalculicos, disléxicos, idosos, lactantes, gestantes e estudantes em situação de classe hospitalar. Todavia, em uma pesquisa feita por Leria et al. com participantes com deficiência visual (baixa visão) ou cegueira, é constatado dois impeditivos, em relação:

a prova em braile, a grande quantidade de textos gera um grande volume de folhas impressas (três vezes maior que a prova a tinta), o que dificulta o manuseio. O grande volume da prova em braile e o curto prazo para responder as questões foram relatados como causas de impedimento da leitura completa da prova. (...) Para quem utiliza o apoio humano do leitor, foram apontadas falhas no preparo do leitor para leitura, principalmente de termos específicos, como fórmulas químicas e matemáticas, bem como na leitura de textos em outros idiomas ou mesmo leitura fluente em português. (LERIA et al., 2018, p. 110).

Contudo, apesar das barreiras identificadas, o MEC garante uma hora a mais de prova para aqueles que declararem alguma necessidade especial e comprovarem a condição por meio de laudo médico. Além disso, desde o ano de 2017 as provas passaram a ser aplicadas em dois domingos, e não mais em um sábado e domingo, o que foi positivo e comemorado por grupos religiosos sabatistas, a exemplo os judeus e adventistas, que outrora tinham que entrar no local de prova às 13h mas só podiam começar a responder o exame a partir das 19h, devido a orientação religiosa.

Em 2018, o Ministério da Educação lançou a plataforma de *streaming* MecFlix, na qual disponibiliza videoaulas com conteúdos preparatórios para a prova do Enem, o conteúdo é gratuito, disponibilizado em: www.mecflix.mec.gov.br, e faz parte do projeto Hora do Enem, desenvolvido para viabilizar e ajudar aqueles que desejam estudar e se preparar para o exame. Os parceiros do MecFlix são: Governo Federal do Brasil, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Roquette Pinto (também responsável pela Tv Escola e TV INES), Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Apesar de recente, o projeto MecFlix, se continuado, tem muito a agregar visto que auxilia no estudo pré-vestibular dos estudantes que não possuem condições financeiras de pagar um cursinho preparatório ou não conseguem vagas em cursinhos populares. Por outro lado, é necessário que o candidato tenha acesso à internet para acessar a plataforma, o que pode ser um empecilho, dado que, segundo pesquisa feita pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic) (LAVADO, 2019), 20% dos brasileiros não têm acesso algum à internet.

2.2.2 Prouni

Criado em 2004 e posteriormente institucionalizado com a Lei nº 11.096 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma política pública de concessão de bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) para aqueles que são ou foram estudantes do ensino público, bolsistas integrais na rede particular de ensino médio, estudantes com deficiência ou professores da rede pública de ensino e que, após terem feito a prova do Enem, almejam iniciar uma graduação em uma instituição privada de ensino superior. Além disso, para participar do programa, o candidato não pode ter zerado na redação e sua média geral deve ser, no mínimo, de 450 pontos. De acordo com o portal do programa, “o Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais” (PROUNI, s/d).

Em contrapartida, o programa oferece às instituições, de acordo com seu perfil (lucrativa, comunitária ou filantrópica), a isenção de alguns tributos, como forma de incentivar a participação e oferecimento de vagas. Segundo Costa e Ferreira (2017), de 2006 a 2012 o valor total de isenção fiscal decorrente do Prouni foi de R\$ 3.621.382.027,00 (três bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, trezentos e oitenta e dois mil e vinte e sete reais).

Em 2019, segundo quadros informativos realizados e disponibilizados no portal do Sisprouni, foram ofertadas, para o primeiro semestre do ano, 116.934 bolsas integrais e 127.252 bolsas parciais, totalizando 244.186, já em 2018, no mesmo período, o total de bolsas ofertadas foi de 242.987, deste modo em 2019 houve um aumento de 0,49%.

De acordo com estudo de Costa e Ferreira (2017):

O Prouni foi responsável por aumentar as matrículas no setor privado em uma média anual de 5,15%. O custo-aluno foi em média R\$ 3.381,43/anual ou R\$ 281,78/mês por bolsista. A ociosidade das bolsas foi em média de 30% e a evasão foi na ordem de 10,4%, provavelmente em função das restrições econômicas dos estudantes. (2017, p. 141).

Todavia, para as autoras, apesar do desempenho do programa, ainda há muito ao que se atentar, uma vez que, em 2013, 40% dos cursos participantes do Prouni não atingiram a nota mínima de qualidade de avaliação do MEC e a maior parte das bolsas não são integrais, mesmo com a isenção de tributos. Além disso, os estudantes de escolas públicas, das camadas mais pobres, não conseguem ter o mesmo desempenho que os de instituições particulares, por isso acabam optando, devido a nota do Enem, por escolhas de cursos ou profissões que não necessariamente eram as almejadas, em instituições com menor desempenho e, por consequência, menor concorrência, ou seja:

Ao tratar sobre o processo de seleção para obter a bolsa Prouni, recorrendo à nota obtida no Enem, é possível notar que tais escores acabam por desfavorecer os estudantes das camadas populares, ao concorrer com muitos candidatos, no momento da grande procura por bolsas em instituições reconhecidas por sua excelência acadêmica. (COSTA; FERREIRA, 2017, p. 154).

Em vista disso, para Costa e Ferreira (2017), o Prouni ainda que ofereça aos candidatos um novo meio de ingressar no nível superior, não pode ser tido como uma política de democratização do ensino, visto que se baseia no mérito e cria a chamada “exclusão dos incluídos”, em que os estudantes das camadas populares apesar de conseguirem a vaga tem dificuldades de se manter e alcançar um bom rendimento acadêmico, “por isso, o estudante torna-se simbolicamente ‘excluído’, após ter sido somente ‘incluído’, integrado ao sistema de ensino superior” (COSTA; FERREIRA, 2017, p. 154).

2.2.3 Sisu

Criado em 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), é uma política pública pela qual as universidades públicas disponibilizam vagas nos cursos de graduação para aqueles que prestaram a prova do Enem e não zeraram na prova de redação. O Sisu é gerenciado pelo

Ministério da Educação (MEC) e a inscrição é feita apenas via internet, sem cobranças de taxas.

Ao efetuar a inscrição o candidato deve escolher, por ordem de preferência, até duas opções entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes do SisU. O candidato também deve definir se deseja concorrer a vagas de ampla concorrência, a vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de Agosto de 2012 (Lei de Cotas) ou a vagas destinadas às demais políticas afirmativas das instituições. (MEC, 2019).

Durante todo o período de inscrição, os candidatos podem mudar as opções, as prioridades e instituições, visto que conseguem visualizar as notas de corte (nota mínima necessária para conseguir uma vaga em determinado curso de dada instituição de ensino) e o *ranking* de classificação, que é baseado na nota final de cada inscrito. Há ainda a opção de lista de espera, em que, caso os aprovados não se matriculem no tempo estipulado pelas instituições, libera-se a vaga para o próximo candidato da lista.

Anteriormente ao SisU, as instituições públicas eram responsáveis por seus próprios e isolados vestibulares, após 2010 algumas universidades adotaram o SisU como única forma de ingresso e outras adotaram parcialmente, como é o caso da Universidade de São Paulo. Essa unificação promovida pelo SisU é positiva para os candidatos, pois possibilita concorrer a vagas em universidades de todo o território nacional. Além disso, é também positivo para as instituições que aderiram totalmente ao Sistema, tanto financeiramente, pois há uma economia com o vestibular, quanto na ocupação das vagas, dado o maior volume de candidatos. Como pontuado por Luz (2014):

Embora os vestibulares (utilizados anteriormente como processo seletivo para ingresso na educação superior) efetivassem com qualidade o trabalho de selecionar os melhores candidatos, ainda assim continham problemas, como a inviabilidade do estudante se deslocar de sua região para prestar vestibular em outra região, o que remeteria a investimentos financeiros e que poucos teriam condições econômicas para tal. Além de limitar a concorrência, pois, na medida em que nem todos podem se deslocar para realizar vários vestibulares em instituições diferentes a concorrência diminui, obtendo acesso somente àquele que conseguiu realizar esse percurso. (LUZ, 2014, p. 71).

Não obstante, Luz (2014) ressalta que o SisU, por se tratar de um processo de seleção baseado na meritocracia, segue a mesma dinâmica de seleção utilizada pelos antigos vestibulares. Assim, o discurso do MEC e da mídia de maior oportunidade de acesso “consegue criar uma aparente democratização do acesso, sem levar em consideração a

realidade desigual no ensino médio brasileiro” (LUZ, 2014, p. 72). Já no que se refere a mobilidade de poder estudar em outras cidades e estados, Luz pontua que:

Mesmo que se abram possibilidades de concorrência nacional e consequentemente a oportunidade de estudar em outra região, sem precisar se deslocar para fazer a prova, traz implicações no que se refere à assistência desse estudante em outro estado (...) Esse mesmo sujeito que não tinha condições para prestar vestibular em várias instituições de regiões diferentes, terá agora condições de se manter nas instituições fora de seu local de moradia, ou seja, em outra região? (LUZ, p. 72, 2014).

Nesse sentido, analisando ambos os lados, o Sisu oferece uma inegável ampliação da oportunidade de competir pelas vagas, mas não necessariamente, dado seu caráter meritocrático (LUZ, 2014), oportunidades iguais de acesso ao ensino superior às camadas mais pobres, que outrora foram prejudicadas pelo precário sistema básico de educação, como analisado anteriormente. Ademais, políticas públicas e ações afirmativas regionais, estaduais e dentro das universidades, podem agregar no processo de permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior.

2.2.4 Fies

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é uma política pública do Ministério da Educação (MEC), que seleciona os estudantes cuja renda per capita não seja superior a 3 salários mínimos, para financiar um curso superior (modalidade presencial) em uma IES privada. O programa também usa a prova do Enem como critério de inscrição, além disso o candidato não pode ter zerado na redação e a média deve ser igual ou superior a 450 pontos.

Por ano há dois períodos de inscrição no Fies, no começo de cada semestre (janeiro e junho). O processo de inscrição é feito online, no site oficial (fies.mec.gov.br), e após o cadastro o estudante pode escolher até 3 opções de cursos, considerando a disponibilidade de vagas. No entanto, há prioridade na oferta de vagas para microrregiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para cursos prioritários, sendo eles: cursos na área de saúde, engenharia, computação, licenciaturas e pedagogia, segundo dados disponibilizados no portal do programa.

Após a conclusão do curso, o estudante começa a pagar o saldo devedor do financiamento, o valor varia de acordo com a realidade financeira de cada um e caso não haja uma renda, é cobrado apenas o pagamento mínimo mensal. Vale pontuar que os bolsistas parciais do Prouni também podem participar do processo seletivo do Fies, desde que se encaixe nos critérios estabelecidos e disponibilizados no edital do programa.

2.2.5 Cotas

A lei nº 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012, garante a reserva 50% das vagas das universidades federais para candidatos oriundos do ensino médio público; ademais, destas vagas parte é direcionada para aqueles alunos que tenham renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e para aqueles que são autodeclarados pardos, pretos ou indígenas. Vale pontuar que o critério étnico-racial varia de estado para estado, pois as vagas são proporcionais à composição étnico-racial de cada local, a partir dos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para Bezerra e Gurgel (2011) “a política de cotas além de proporcionar o acesso ao conhecimento a pessoas antes impedidas, também pode funcionar como um caminho para a inclusão social” (BEZERRA; GURGEL, 2011, p. 3). Seguindo a mesma linha de pensamento, Carmo (2019) pontua que:

a inserção de legislação de cotas para reserva de vagas para grupos específicos e carentes na forma da lei, quais sejam negros, índios, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública, em cursos de nível superior foi uma das maiores declarações de interesse público para a equidade no acesso ao ensino superior. Mesmo que sejam alvos de críticas diversas, principalmente pelo entendimento de uma segunda discriminação, as políticas de inclusão apresentam-se como as maiores responsáveis pelo aumento de integrantes desses grupos nos cursos de nível superior. (2019, p. 1051).

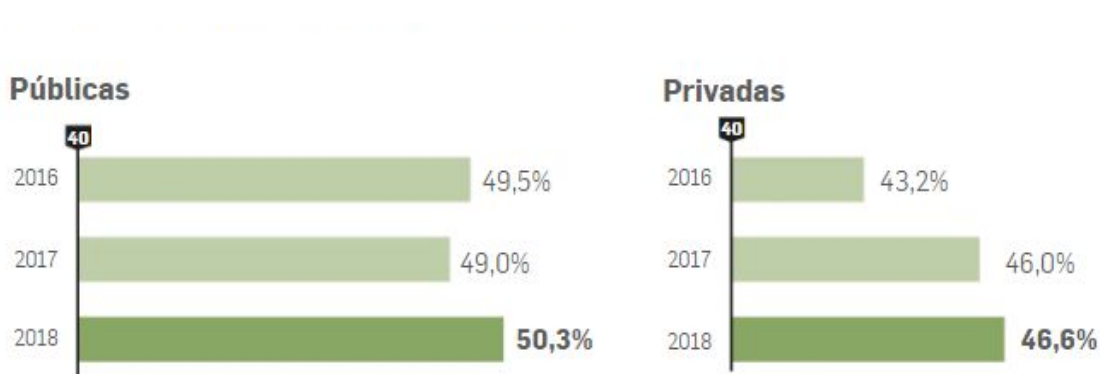
Em 2019 o jornal Estadão publicou uma matéria que indica que no Exame Nacional do Ensino Médio, 1 a cada 4 alunos de classe média tende a triunfar e 1 a cada 600 alunos pobres tende a ter êxito, o que evidencia a necessidade de políticas de inclusão. Isto porque, as “condições como renda familiar do aluno, o tipo de escola - pública ou privada - em que estudou e até se ele tem ou não internet em casa estão, quase sempre, ligadas a ter um bom ou mau desempenho” (TOLEDO, 2019, s/p).

Já na questão racial, Mendonça e Aranha (2020) pontuam que “é inegável a dívida histórica existente com a população negra por mais de três séculos de escravidão a que foi submetida, cenário que gerou a desigualdade observada ainda hoje” (MENDONÇA; ARANHA, 2020, p. 181). Deste modo, faz-se necessário políticas afirmativas e inclusivas de acesso ao ensino superior como as cotas, a fim de diminuir esse *gap* secular, dado que “esperar por uma reforma no ensino público básico que coloque o negro em pé de igualdade para competir com o estudante branco de classe média de escola particular levaria anos” (MENDONÇA; ARANHA, 2020, p. 182).

Em 2018, o portal Ciência Hoje fez um balanço das políticas de cotas desde sua implementação no Brasil (2012), apontando que “após seis anos de implementação das cotas para o acesso ao ensino superior, a ‘cara’ da universidade pública no país mudou: está mais negra, mais indígena, mais popular, mais diversificada” (HERINGER, 2018, s/p), isto porque, a partir de dados do IBGE e do PNAD, em 2011 a taxa líquida de matrículas de negros no ensino superior era de 7,9 e em 2014 passou para 11,4.

Já em 2019, o IBGE divulgou que pela primeira vez na história alunos autodeclarados pardos ou negros são maioria nas instituições públicas de ensino superior, somando um total de 50,3%. No entanto, seguem sendo minoria nas instituições privadas de ensino superior (46,6%), como representado no gráfico da figura 8.

Figura 8 - Quantidade de negros e pardos nas Instituições de Ensino Superior



Fonte: Jornal Estadão com base nos dados do IBGE

Não obstante, apesar dos visíveis avanços, para a pesquisadora Anna Venturini (2019) os dados precisam ser analisados com mais profundidade, isto porque a pesquisa do IBGE

fala de IES o que inclui não só universidades mas também Institutos Federais (escolas técnicas que também oferecem cursos de graduação). Em adição:

É preciso entender se são alunos que estão frequentando universidades de prestígio ou apenas universidades mais novas, que ainda estão se estruturando. Além disso, é importante saber se esses estudantes estão também nos cursos de maior prestígio, como Direito e Medicina, por exemplo. (AMORIM, 2019, s/p).

Assim, a pesquisadora reforça a necessidade de analisar os dados com cuidado e mais profundidade, para que não sejamos induzidos ao erro, pois “ainda não vivemos em uma situação de equidade de oportunidades” (AMORIM, 2019, s/p). Ademais, cresce as fraudes de cotas raciais nas universidades públicas, estudantes brancos que se declaram pardos ou negros para conseguir uma vaga, segundo a coordenadora do comitê de apuração de denúncias da UFRJ, o curso com mais fraudes é medicina, dado que é o mais difícil de entrar.

Em 2020, a Unicamp desligou nove alunos fraudadores e a Unesp expulsou 30 alunos cuja autodeclaração foi invalidada. Segundo o Comitê Antifraude da USP “o argumento do 'tenho um avô pardo' não faz sentido no Brasil, onde você é julgado e sofre preconceito pelo fenótipo” (MORI, 2020, s/p). Assim, reforça-se o argumento de Anna Venturini, de que os dados precisam ser analisados com mais minuciosidade para evitar leituras equivocadas.

3 EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O conceito de comunicação pública não tem um consenso fixo ou uma única definição, todavia alguns pontos, abordados por diferentes estudiosos, convergem, como, por exemplo, os principais públicos de interesse: instituições públicas/governamentais e sociedade; e o fato dela pressupor o diálogo entre seus públicos. Deste modo, o presente capítulo visa estudar a comunicação pública, suas principais definições e seus desdobramentos.

Em primeiro plano, deve-se entender a comunicação em seu mais amplo aspecto, já que, segundo Haswani (2013), “a comunicação é tanto um fato da vida diária quanto um conceito necessário para a compreensão da pluralidade das democracias de massas”, deste modo é necessário considerar elementos chaves como: emissor (a fonte), mensagem (conteúdo transmitido), canal (meio pelo qual a mensagem é transmitida) e o receptor (aquele que recebe a mensagem), agregando, por sua vez, a resposta (*feedback* do receptor ao emissor).

Seguindo essa linha, para Kunsch (2012), a comunicação pública parte do princípio da garantia de direitos e por isso deve ser

concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação. É a instituição que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social. (2012, p. 15).

Deste modo, Kunsch (2012) argumenta que o principal sentido da comunicação pública é o interesse público, por consequência, a prestação de contas à sociedade, ao cidadão. Nesta perspectiva, Mainieri e Ribeiro (2011) sugerem que devemos pensar essa área da comunicação como “detentora e divulgadora de informação de interesse coletivo” (MAINIERI; RIBEIRO, 2011, p. 52). Haswani (2013), por sua vez, delimita os temas de interesse geral como objeto principal da comunicação pública, e, portanto, a contribuição para a realização desses interesses como a finalidade central.

Rolando (2010) divide a comunicação pública em estágios, como um edifício de 7 andares. O térreo é o estágio mais básico da comunicação (ações administrativas, serviços

básicos) e conta com profissionais administrativos; o primeiro andar trata de serviços pontuais utilizados na difusão de atos e normas, o segundo é o estágio das campanhas de difusão de normas e políticas públicas, o terceiro da democracia participativa, o quarto da gestão de *branding*, o quinto a gestão do debate público e o sexto andar é o mais completo, com o gerenciamento do patrimônio simbólico, que é “expresso por cada território e às suas competências (*branding*), em um contexto cultural no qual a relação público-privado continua sendo central” (HASWANI, 2013, p. 159), o qual conta com o envolvimento de profissionais de *branding* e comunicadores estratégicos.

Outro ponto de convergência entre os autores que se dedicam a estudar a comunicação pública é o fato dela pressupor o diálogo entre seus públicos. Neste ponto de vista entende-se diálogo como ação que busca a harmonia entre as partes envolvidas, uma vez que, após divergências, conflitos ou problemas, demandam acordo ou solução, tal qual conformidade (HASWANI, 2013). Assim, para Mainieri e Ribeiro (2011),

o intuito precípua da comunicação pública é transmitir informação de interesse público aos cidadãos, o que se constitui em passo inicial para estabelecer um diálogo e uma relação entre Estado e sociedade. Cabe pontuar que toda e qualquer informação referente a instituições, serviços e contas públicas é um direito assegurado ao cidadão. Quando a comunicação pública cumpre seu primeiro papel, que é informativo, abre espaço para que exista diálogo e participação recíproca. (2011, p. 53).

Ou seja, ao contribuir para o conhecimento da sociedade sobre assuntos de interesse público, facilita, conseqüentemente, o debate e os possíveis questionamentos. Partindo do princípio que além de informar é necessário dialogar sobre aquilo que se informa, de modo a reparar possíveis falhas e agregar novos pontos. Destarte, “entendendo a comunicação num sentido dialógico, percebe-se seu papel na promoção da participação e do estímulo à prática da cidadania” (MAINIERI; RIBEIRO, 2011, p. 54).

Portanto, a partir do conhecimento dos públicos de interesse e da geração de diálogo que deve ser propiciada pela comunicação pública, pode-se usar a definição de Jorge Duarte, em que essa comunicação

deve ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, a possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo. (DUARTE, 2007, p. 64).

Em vista disso, fica evidente o papel da comunicação pública na garantia de direitos fundamentais e sua utilidade pública permanente uma vez que, segundo Levin (2019), essa comunicação é tão importante quanto a própria política.

3.1 PUBLICIDADE ESTATAL

Segundo o dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis, versão online, publicidade é “estado ou qualidade do que é público”, bem como “divulgação de fatos ou informações”, ou seja, tornar público, visível, conhecido. Todavia, o termo publicidade pode ter diferentes significados, a depender do contexto. Por exemplo:

Quando uma empresa oferece seu produto nos meios de comunicação de massa, faz a publicidade comercial, geralmente visando a apresentação de bens ou serviços que oferece à clientela conquistada ou potencial. O Ministério da Saúde, quando anuncia o início das campanhas de vacinação contra a gripe, para idosos, faz a publicidade de uma ação governamental aos cidadãos. Nos dois casos, a persuasão constitui a natureza da divulgação. (HASWANI, 2013, p. 73).

Para Haswani (2013), o princípio de publicidade é componente indispensável dentro das instituições públicas, em regimes democráticos. Já no que tange a comunicação pública, a publicidade é de extrema relevância no que se refere à transparência e ao *accountability*. A primeira refere-se ao ato de tornar transparente, “deixar à mostra tudo o que se passa nas hostes do poder, disponibilizar o acesso da sociedade aos movimentos do setor público” (HASWANI, 2013, p. 74) e viabilizar que esse acesso seja acessível a todos.

Já o *accountability*, não trata de um sinônimo de transparência mas sim de “uma concepção que envolve a necessidade de proteger os cidadãos da má conduta burocrática”, sendo, portanto, um componente do Estado democrático (HASWANI, 2013, p. 71). De modo que, segundo Paniago (2011), a palavra *accountability* “remete, implicitamente, à responsabilização pessoal do agente público pelos atos que pratica e, explicitamente, à exigente prontidão para a prestação de contas” (2011, p. 64). Ou seja, trata de um controle de fiscalização e prestação de contas, baseado na responsabilidade das ações dos agentes públicos e permitindo a intervenção da sociedade nessas ações.

No Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público (MP) são os controladores do Estado e fiscalizam os outros agentes públicos, devendo, por excelência,

defender a ordem jurídica, o regime democrático, interesses sociais e interesses individuais indisponíveis (BRASIL, 1988, Art. 127), no entanto, os ministros são nomeados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal, o que segundo Haswani (2013), pode comprometer a autonomia e a credibilidade do agente, devido a própria estrutura do processo.

Já na esfera da educação, Paula, Costa e Lima (2019) trazem o termo *accountability* educacional, o qual pode ser compreendido em duas partes: diagnóstico e contabilização, que juntas buscam

identificar e contabilizar o desempenho dos sistemas de educação tendo por base os objetivos estabelecidos previamente. Esse processo utiliza-se, também, como mecanismos de controle e reparo das falhas diagnosticadas entre objetivos e resultados. Nesse sentido, a *accountability* na educação tende-se a expressar-se como avaliação externa, levando em conta as experiências dos alunos, bem como as práticas educacionais. (2019, p. 4).

Assim, segundo os autores, a partir do princípio de responsabilidade, as IES devem prestar contas ao Estado, que nesse aspecto atua como agente regulador, e essa prestação de contas se dá por meio de uma avaliação de desempenho, que constitui “mecanismos de regulação calcados em saberes que possibilitem avaliação de resultados de aprendizagens estabelecidas e previamente denotadas nas diretrizes curriculares” (2019, p. 5). Por outro lado, cabe também aos agentes públicos fazer o uso do *accountability* no que tange às ações e processos direta ou indiretamente relacionados às políticas públicas de educação, disponibilizando, de forma acessível, as informações e dados.

4 PEÇAS NOS ÚLTIMOS GOVERNOS

Partindo dos conceitos de comunicação pública apresentados anteriormente, o presente capítulo visa analisar a comunicação pública do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma das principais políticas públicas de educação do Brasil que abre portas para outras políticas, como Sisu, Prouni e Fies, tanto antes quanto depois de sua realização. Serão analisados os comerciais divulgados em mídias televisivas, financiados pelo governo federal, cujo objetivo, segundo Leite (2017), é apresentar/vender uma ideia para a população. Serão utilizadas as comunicações realizadas pelos últimos três governos no período pré prova e após a liberação das notas e início de inscrição nos programas de acesso ao ensino superior.

Para Rocha e Ferreira (2017) devemos entender que a publicidade não apenas informa mas também dá visibilidade e cria significados para o Enem, de modo que os discursos e representações devem ser analisados pois compõe o escopo do exame e “entram nas casas das pessoas e na lógica de consumo, quando colocam o Exame como um ‘caminho de oportunidades’ para a vida ou como a chance de alcançar um futuro melhor” (ROCHA; FERREIRA, 2017, p.3). Isto posto, analisamos as peças veiculadas em canais de TV aberta dos respectivos anos: 2015 (governo de Dilma Rousseff), 2017 (governo de Michel Temer), 2019 (governo de Jair Bolsonaro).

4.1 ANTES DO ENEM

Em 2015 o governo de Dilma Rousseff lançou a peça de divulgação do Enem para fazer o *teaser* pré-prova. A peça, com duração de trinta segundos, conta com locução *off*, e mostra frames de imagens de ambientes externos que remetem a diversão e viagem (ROCHA; FERREIRA, 2017).

O texto da peça aborda principalmente a importância da educação, com frases como “a educação é um caminho cheio de oportunidades. Só ela pode levar você mais longe”, “só a educação faz você ganhar o mundo”. Assim, a partir da abordagem voltada para a importância da educação o texto conecta com o papel do Enem, pontuando que este “abre as portas deste caminho, abres as possibilidades para você avançar”.

Para Rocha e Ferreira (2017), nesta propaganda, pode-se reconhecer a relação entre a participação no Exame com o sucesso pessoal e profissional, uma vez que este é encarado como a direção para trilhar o caminho de boas oportunidades.

O texto também elucida que “uma pátria educadora se faz com educação que qualidade”, referindo-se ao lema do governo Dilma “Brasil, Pátria Educadora”, colocando, portanto, o Estado como um dos agentes responsáveis nesse caminho de oportunidades. O vídeo é finalizado com a data do prazo de inscrições e o endereço do site do MEC, para que o candidato obtenha mais informações.

Cabe pontuar que o governo também lançou uma peça secundária, divulgada apenas em canais online, contendo informações como para quais políticas públicas o Exame abre portas, citando o Pronatec, Sisu, Fies, Prouni e Ciências Sem Fronteiras. Além disso, o vídeo explica quais dados o candidato precisa informar para realizar a inscrição.

Figura 9 - Enem 2015



Fonte: Ministério da Educação
(<https://www.youtube.com/watch?v=hH7DpjiwF9w>)

Em 2017, Governo de Michel Temer, a propaganda pré prova contou com um *jingle*, interpretado por uma jovem, fazendo alusão a faixa etária principal dos vestibulandos.

O vídeo de 30 segundos se passa em diferentes cenários: estúdio de gravação, refeitório, parque, cozinha, ônibus e rua, nos quais encontram-se figurantes que interpretam

estudantes, estes por sua vez são de diferentes etnias, apostando na diversidade que, segundo Cascudo (2018), é de extrema importância na publicidade, pois permite que o receptor se sinta parte de uma representação, enxergando esta como um reflexo de seus interesses, traços da sua aparência, personalidade, identidade, classe social e/ou nicho.

O vídeo inicia com os versos: “vem aí a prova do Enem, fique esperto e se prepare bem” e é seguido, simultaneamente, por imagens de alunos estudando e checando informações no portal do Exame. As informações apresentadas são: “cheque informações no cartão de inscrição”, “chegue antes de fechar o portão”, “as provas do Enem serão nos dias 5 e 12 de novembro”, “leve caneta esferográfica preta transparente”. Ademais, conta com dois elementos gráficos, um com o endereço do site e outro informando a necessidade do documento com foto. Contudo, apesar de aconselhar a chegar antes do fechamento dos portões, não informa o horário da prova, bem como regras gerais e básicas, como, por exemplo, a proibição do uso de aparelhos eletrônicos.

Em contraste com a peça de 2015 que se atenta a importância da educação como um todo e o Enem como um caminho para o sucesso futuro, o *jingle* de 2017 enfatiza a necessidade de preparação no tempo presente, antes do Exame: “prova do Enem, quem se preparar vai se dar bem”.

Figura 10 - Enem 2017



Fonte: Ministério da Educação
(<https://www.youtube.com/watch?v=e7zNqMMCXCQ>)

A peça de 2019 tem 30 segundos, dos quais 17 são usados em uma representação de uma jovem sonhando com o dia que é nomeada presidente de uma organização, a garota é despertada do sonho pelo pai, que diz: “você tem a prova do Enem hoje, né filha?”. Em sequência, aparecem elementos gráficos com informações sobre o dia da prova, site do Exame e o aviso sobre a proibição de aparelhos eletrônicos e o risco de eliminação do participante, caso o dispositivo toque durante o período de prova. Em adição, uma voz *off* dá as seguintes instruções: “confira seu cartão de inscrição”, “leve caneta esferográfica de cor preta” e “não se atrase”. Não abordando, portanto, informes importantes como: necessidade de documento com foto e horário da prova.

A peça se passa em três cenários: o primeiro é a sala de reunião com a qual a jovem sonha, o segundo a cozinha de casa, onde se encontra a família da estudante (pai, mãe e irmã), o terceiro o local de aplicação do Exame. Nesse aspecto, a inclusão da família no processo e o fato do pai ser a pessoa que recorda a filha sobre a prova pode ser analisado sob a perspectiva de endereçamento da mensagem, pois segundo Rocha e Ferreira (2017), este é voltado “para os jovens estudantes, mas também para os pais, responsáveis e para a sociedade, de modo geral, que passa a ver representado pelo Enem um caminho a ser percorrido para o alcance do sucesso na vida” (2017, p. 7).

Nesse sentido, a ideia de a prova estar diretamente relacionada com o futuro é retomada com a frase “para realizar o seu sonho, você precisa fazer a prova do Enem” e a utilização do pronome “você” e do possessivo “seu” contém um apelo ou pedido direto ao receptor (POMBAL, s/d), isto porque “está calcada nos elementos de persuasão, pois seu objetivo está voltado para a formação de uma mensagem que realmente envolva o público-alvo, levando-o ao desejo de adquirir o produto ou utilizar os serviços ali apresentados” (POMBAL, s/d, p. 1).

Em termos de manipulação discursiva, sabemos que o Sujeito Enunciador da propaganda (o Governo, representado pelo MEC) deseja convencer os Sujeitos Enunciatários (todos os estudantes brasileiros concluintes ou egressos do Ensino Médio) a fazer o ENEM, que tem um caráter optativo. Seu fazer persuasivo busca que o público-alvo se identifique com o Sujeito do Enunciado e seja tentado a querer-poder “ser bem sucedido na vida”, seguindo o mesmo percurso daquele Sujeito, isto é, fazendo o ENEM. Dessa maneira, a sanção positiva do Sujeito colabora para a eficácia da propaganda. (NASCIMENTO, 2006, p. 542).

Figura 11 - Enem 2019



Fonte: Ministério da Educação
(<https://www.youtube.com/watch?v=axCFxNhQ8bw>)

Em termos de acessibilidade, os três vídeos possuem legendas, todavia apenas o de 2019 conta com um intérprete de língua brasileira de sinais, detalhe fundamental para uma comunicação mais inclusiva.

No que se refere a mensagem, o vídeo de 2015 se atenta sobretudo a importância da educação e não as informações relevantes referentes ao Exame, indo contra as peças anteriores de 2014 e 2013, as quais contaram com personalidades famosas (Manu Gavassi, Mumuzinho e Mariana Nolasco) e que comunicavam dicas básicas como: tipo de caneta para usar no Exame, data e horário a prova, necessidade de documento com foto e proibição de aparelhos eletrônicos. Essa mudança de abordagem pode ser consequência do cenário político da época, pois, em 2015 Dilma Rousseff assumiu o segundo mandato mas “as denúncias de corrupção na Petrobras, a relação turbulenta com o Congresso e o agravamento da crise econômica minaram sua popularidade” (LOURENÇO, 2015), o que por sua vez gerou grandes manifestações em todo o Brasil. Além a crise política o ano também foi marcado por uma crise econômica.

Assim, segundo Batista (2016), qualquer processo político gera, consequentemente, uma guerra de informações, havendo um interesse político por trás de cada peça. Esse aspecto pode ser observado na peça de 2015 uma vez que usa do lema do governo para fundamentar o

texto sobre a importância da educação e, portanto, o papel do governo na construção dessa “pátria educadora”.

A figura 12 apresenta um comparativo entre as principais informações apresentadas nas três peças, sendo que o ícone “ ✓ ” indica que a informação foi disponibilizada e o ícone de “X” que a informação não foi citada.

Figura 12 - Antes do Enem (Comparação de Informações)

ANTES DO ENEM			
Informações	2015	2017	2019
Cartão de confirmação	X	✓	✓
Tipo de caneta	X	✓	✓
Data da prova	X	✓	✓
Horário da prova	X	X	X
Proibição de aparelhos eletrônicos	X	X	✓
Informação sobre prova de língua estrangeira	X	X	X
Informação sobre documento oficial com foto	X	✓	X
Endereço do site para mais informações	✓	✓	✓

Fonte: A autora com base nas análises das peças (2020)

Além dos recursos audiovisuais, os governos também disponibilizaram no portal do INEP o cronograma com as principais datas referentes ao Exame, bem como um FAQ com as principais dúvidas. Há ainda o fornecimento do número da central de atendimento do MEC para que os candidatos possam sanar eventuais dúvidas ou caso precisem de ajuda referente a algum dos processos.

4.2 DEPOIS DO ENEM

No início de 2016, governo de Dilma Rousseff, o Ministério da Educação divulgou a peça de divulgação dos programas Sisu, Prouni e Fies. A peça de 30 segundos se passa em diferentes cenários, os quais, assim como na campanha pré Enem 2015, remetem a diversão e descontração, como, por exemplo, amigos confraternizando na praia.

O texto é iniciado com as frases “você perdeu noites, finais de semana, perdeu até o namorado” e, sem seguida, “e se você perder os prazos de inscrição do Sisu, do Prouni e do Fies [...] você vai perder noites de novo, vai perder finais de semana de novo, você vai perder

até o namorado de novo”. Deste modo, além dos elementos visuais que apresentam a data do prazo de inscrição de cada um dos três programas, a peça não aborda com mais detalhes a especificidade de cada um, centrando-se apenas na necessidade de não perder os prazos para não perder em outros aspectos da vida, o que é reforçado em: “perder o namorado de novo não dá, né?”. Ademais, o slogan “caminho de oportunidades” é retomado ao final do texto, juntamente com “uma pátria educadora se faz com educação de qualidade”.

Para Caldas (2016) devido ao bombardeamento de informações ao qual os indivíduos estão submetidos diariamente, peças publicitárias podem fazer o uso de “artefatos emocionais”, o que explica a ideia de que os candidatos não deveriam perder o prazo de inscrição para não perderem, posteriormente, momentos importantes e afetivos de suas vidas.

Figura 13 - Pós Enem 2015



Fonte: Ministério da Educação
(<https://www.youtube.com/watch?v=S2XEGOvpSBc>)

No ano de 2017, durante o governo de Michel Temer, foi apresentado a peça “Sisu, Prouni e Fies”, que contou com a participação de 3 atores, cada um responsável por falar sobre uma das políticas públicas. O vídeo de 30 segundos conta com um fundo branco como cenário e, simultaneamente à fala do ator, elementos gráficos são utilizados, informando o nome da política pública e os prazos de inscrições.

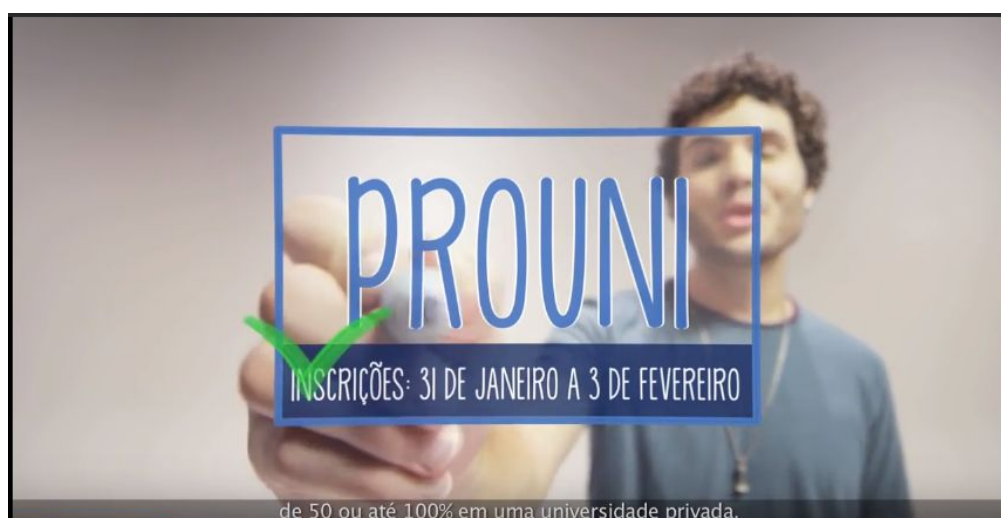
No encerramento, a narração com voz *off* informa a disponibilização das notas do Exame: “agora que você já tem a sua nota do Enem em mãos, não perca as inscrições do Sisu, do Prouni e do Fies. É a sua chance de entrar em uma universidade pública ou particular”.

Figura 14 - Sisu 2017



Fonte: Ministério da Educação
(https://www.youtube.com/watch?v=_jgbBIy2wiE)

Figura 15 - Prouni 2017



Fonte: Ministério da Educação

No segundo ano do governo Bolsonaro, 2020, a peça “Sisu, Prouni e Fies” mostra jovens comunicando-se via chamada de vídeo e conversando brevemente sobre os três

programas. Nessa conversa, as informações disponibilizadas são: “Sisu: uma plataforma digital onde a gente concorre a vagas em instituições públicas. Acessa o site, escolhe os cursos de interesse e aguarda o resultado”, “Prouni: são bolsas de estudos para cursos em faculdades particulares. E é do mesmo jeito, você escolhe os cursos de interesse pelo site e aguarda o resultado”, “E tem o Fies também, é um financiamento para curso superior. Você começa a estudar agora e paga só depois. Basta se inscrever pelo site”. O vídeo com duração de um minuto é finalizado com um *call to action*: “são três chances para conseguir uma vaga na universidade. Acesse o site do MEC que tem tudo explicadinho lá”. Em adição, o recurso visual também é utilizado, elementos gráficos de ícones de balões de conversa informam o prazo de inscrição de cada programa e o endereço do site, conforme figura 17.

Figura 16 - Sisu, Prouni e Fies 2019



Fonte: Ministério da Educação
(<https://www.youtube.com/watch?v=41eKhHPukMY>)

Os indivíduos que atuam nos vídeos são similares: jovens e de diferentes etnias, o que aproxima o público a partir da representatividade (CASCUDO, 2018). A peça de 2019 utiliza a primeira pessoa do plural (nós), trazendo frases como: “a gente já pode usar a nota do Enem”, “a gente tem três chances”, “a gente concorre a vagas”. O vídeo de 2017 utiliza a primeira pessoa do singular (eu), “aqui eu tenho mais chances de conseguir uma vaga em uma universidade pública” e “aqui eu posso concorrer a uma bolsa de estudo”. A preferência por essas pessoas gramaticais

garante a imagem da interação e apresenta caráter dêitico, pois contribui para construir uma ideia de que enunciador e destinatário compartilham da mesma cena,

trazendo, nesse caso, a inferência de que o futuro em questão não é só do ator, mas também daquele para quem a propaganda se dirige. (CARMO; MANHÃES; CARA, 2019, p. 1061).

A peça de 2015 faz uso do termo “perder” para posicionar os programas como um meio para alcançar um “caminho de oportunidades”, enquanto as outras duas peças fazem o uso do “ter chances”, para colocar as políticas públicas como uma forma de ingressar no ensino superior.

Por outro lado, a peça de 2019 é a única que informa o endereço do site de cada um dos programas e não só o site do MEC, bem como oferece maior detalhamento sobre o processo de inscrição: “usar a nota do Enem para entrar na faculdade”, “são três chances”, “acessa o site”, “escolhe os cursos de interesse”, “aguarda o resultado”, “basta se inscrever pelo site”. Esses detalhes são fundamentais pois deixam não só os candidatos cientes da mensagem como também a sociedade em geral, o que é relevante partindo do pressuposto que “a fabricação de sujeitos de sucesso, torna-se uma possibilidade que interessaria a todos os sujeitos e não apenas aos estudantes” (ROCHA; FERREIRA, 2017, p. 7).

Em termos de acessibilidade, todas as peças possuem legenda e foram veiculadas tanto na televisão aberta quanto no meio digital, porém apenas a última (2019) conta com tradução em libras, ponto relevante dado o discurso de inclusão que carrega o Enem e os programas Sisu, Fies e Prouni. No entanto, cabe pontuar que a peça 2019 foi tirada do ar em menos de uma semana após seu lançamento, por consequência da disputa jurídica de extensão dos prazos de inscrição nos programas, visto que a edição 2019 do Exame teve erros de correção devido falhas da gráfica responsável pelas provas, impactando diretamente na nota de aproximadamente seis mil candidatos, segundo o Ministério da Educação (2020).

O comparativo das informações principais disponibilizadas nas peças pode ser visto na figura 17.

Figura 17 - Depois do Enem (Comparação de Informações)

DEPOIS DO ENEM			
Informações	2015	2017	2019
Informação Sisu	X	✓	✓
Data de inscrições Sisu	✓	✓	✓
Informação Prouni	X	✓	✓
Data de inscrições Prouni	✓	✓	✓
Informação Fies	X	✓	✓
Data de inscrições Fies	✓	✓	✓
Informação sobre o sistema de cotas	X	X	X
Informação de quantidade de vagas e de beneficiados	X	X	X
Endereço do site para mais informações	✓	✓	✓

Fonte: a autora com base nas análises das peças (2020)

De acordo com Gomes (2011) “para captar a atenção do público, a propaganda destaca elementos presentes no cotidiano e no imaginário social”, assim percebe-se, a partir das três peças, uma evolução em representar esses jovens, tidos como público alvo dos programas. Abandonando os estúdios e criando vídeos mais interativos, como é o caso da peça de 2019, em que os jovens estão na rua, no ponto de ônibus, na frente da faculdade, na biblioteca, no clube de natação, no quarto e no parque. Assim a representatividade perpassa a questão da etnia e adentra no cotidiano, no espaço privado, criando um discurso que “se aproxima das aspirações dos consumidores, por meio da linguagem e das imagens, das cores e das sensações que os envolvem” (GOMES, 2011, p. 89).

Para Rocha e Ferreira “o Enem como caminho de oportunidades para o futuro pode ser tomado como enunciado recorrente do discurso midiático e político nas propagandas governamentais” (2017, p. 5). Ademais, nas três peças é possível encontrar enunciações que, segundo as autoras, indicam a responsabilização do estudante por seu próprio futuro, “o que remete a pensarmos sobre como os sujeitos são interpelados por discursos de verdade acerca de ‘um’ caminho a ser percorrido e que trilhar esse caminho só depende do esforço e boa vontade dos sujeitos” (2017, p. 6), no entanto, Rocha e Ferreira (2017) pontuam que o Exame guia para processos classificatórios e logo, além de focar na responsabilização individual, reforça a ênfase na competitividade. Assim,

ao investirmos discursivamente esse Objeto de valor como “ingressar nas melhores universidades”, “obter bolsa de estudos” ou ainda “conseguir uma ótima colocação profissional”, constatamos que muitos sujeitos podem estar preparados para as

melhores provas da vida e serem bem sucedidos, mas alguns estarão mais preparados e terão sanção positiva, sendo assim os escolhidos. (NASCIMENTO, 2006, p. 543).

Nessa linha de pensamento, Nascimento (2006) pontua que ainda que implicitamente, as peças aludem a competição, em que se destacam alguns estudantes e não todos, de modo que o desempenho e resultado final não estão relacionados meramente com a dedicação, mérito e esforço dos candidatos, mas sim a um contexto, que tange a estrutura desigual do ensino fundamental e médio de educação e a conjuntura socioeconômica de cada candidato. Por conseguinte, para Nascimento (2006), o sentimento de competição e a consequente formação individualista parte de valores da sociedade brasileira como um todo, que não vê o sucesso de um como o sucesso do outro, assim apesar do discurso de “caminho de oportunidades para o futuro”, há impedimentos estruturais anteriores que dificultam que todos os candidatos tenham a mesma probabilidade de alcançar tais objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho estudamos o contexto do sistema de educação no Brasil, os principais aspectos que circundam o acesso ao ensino superior, o perfil do universitário, os impeditivos de ingresso em uma instituição de ensino, bem como as principais políticas públicas e de ações afirmativas. Além disso, contextualizou-se a comunicação pública a partir da perspectiva de diferentes autores e, posteriormente, analisou-se as peças de campanhas pré e pós Enem.

No que tange a comunicação, observou-se que a comunicação pública e, em específico as campanhas audiovisuais financiadas pelo governo federal, também dizem muito sobre os vigentes governantes; e, revelam, por meio da linguagem, em suas mais variadas vertentes, os aspectos valorizados pelo Estado em determinado ano e os elementos que se ganham ou se perdem de gestão para gestão, principalmente em contextos de crises políticas como observado no ano de 2015, o que impacta direta ou indiretamente na sociedade, visto que, como pontuado por Levin (2019), a falta de comunicação pressupõe desconfiança e, portanto, a perda do apoio popular, tal como, em alguma medida, o apoio político.

O direcionamento do discurso do Enem, utilizado nas campanhas de 2015, 2017 e 2019, como uma chance de sucesso cujo responsabilidade é individual também demonstra que o Estado se exime em partes de sua responsabilidade na construção de um sistema de educação mais igualitário e não só democrático. Deste modo, a partir da análise das peças audiovisuais lançadas antes e depois do Exame Nacional do Ensino Médio, é possível verificar os pressupostos de comunicação pública do segundo andar da analogia do edifício de Rolando, o qual trata das campanhas publicitárias ou jornalísticas de difusão e apoio das políticas públicas, cujo objetivo é a informação social e o compartilhamento (HASWANI, 2013), tarefa que envolve profissionais de comunicação ligados à publicidade e que, nesse andar, não desenvolvem a gestão do debate público e, portanto, um planejamento estratégico de comunicação, tratando-se assim de um processo tático, que busca dar respostas às demandas imediatas por meio de técnicas eficientes (KUNSCH, 2003), não abrindo espaço para uma comunicação dialógica.

Já no contexto educacional brasileiro, desde 1988, com a Constituição Federal, a educação nos níveis fundamental e médio passou a ser assegurada como direito de todos os brasileiros, no entanto, como analisado ao longo do trabalho, uma educação democratizada não significa, necessariamente, igualdade de ensino para toda a sociedade. Em vista disso, buscou-se compreender, em específico, o acesso ao ensino superior no Brasil e as desigualdades que o permeiam, visto que este reflete toda a estrutura do ensino básico e o contexto histórico-social do país, já que alunos oriundos de escolas particulares tendem a ter pontuações mais altas nos vestibulares do que aqueles que estudaram em escolas públicas da rede básica de ensino, o que reflete diretamente na escolha dos cursos e das universidades e faculdades. Ademais, mesmo após acessar o ensino superior, os jovens e adultos das camadas mais pobres enfrentam o desafio da permanência, o qual reflete diretamente nos índices de evasão e demonstram a necessidade de políticas de ações afirmativas durante o período de estudo, e não apenas pré-inserção.

Nesse âmbito, são notáveis, apesar das críticas e pontos a serem revisados e melhorados, os avanços e a contribuição que as políticas públicas de educação ativas, citadas ao longo do trabalho, tiveram no aumento do número de ingressantes no ensino superior. Ao passo que, visto que o Sisu é baseado na meritocracia, o Prouni não garante a qualidade das faculdades, o Fies reduz ano após ano a quantidade de financiamentos, e as cotas são burladas, pode-se entender a comunicação pública como uma importante ferramenta de divulgação e informação, tanto no que se refere às formas de acesso ao ensino superior, suscitando o interesse entre os jovens, como na disponibilização transparente de dados, índices, estatísticas e intenções de mudanças e manutenções das políticas públicas, a chamada prestação de contas. E, em específico, na transmissão clara do propósito e objetivo de cada programa a partir de campanhas audiovisuais pré e pós Exame Nacional do Ensino Médio, a fim de conscientizar e informar a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R; ZANLORENSSI, G. Gênero e raça de estudantes do ensino superior no Brasil por curso e área. In: **Nexo**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estudantes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea>>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

ALMEIDA, R; ZANLORENSSI, G. **Onde estão os estudantes de ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2019/05/14/Onde-est%C3%A3o-os-estudantes-de-ensino-superior-no-Brasil>>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

AMORIM, D. Pela 1ª vez, negros são maioria nas universidades públicas, In: Estadão. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pela-1-vez-negros-sao-maioria-nas-universidades-publicas-diz-ibge,70003088013>>. Acesso em 20 de março de 2020.

ARAÚJO, J. D. **Educação e Desigualdade**: A conjuntura atual do ensino público no Brasil. In: **Nexo**. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/252>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

BBC. **Mais da metade dos brasileiros não têm diploma, aponta OCDE**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45470956>>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

BEZERRA, T. O.; GURGEL, C. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. In: **Qual o nome do periódico?** Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/sbijournal/article/view/10187/7076>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

CALDAS, E. **10 truques de neurociência usados em propagandas para vender mais**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Marketing/noticia/2016/10/10-truques-da-neurociencia-usados-em-propagandas-para-vender-mais.html>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

CARDOSO, A. M.; ESTRADA, A. A. Práticas escolares para diminuir a evasão na EJA. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_gestao_artigo_aparecido_mendes_cardoso.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

CARMO, G. T.; MANHÃES, E. L.; CARA, G. R. Propagandas Governamentais: uma análise do discurso midiático para acesso ao ensino superior. In: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11814/8227>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

CASCUDO, A. Diversidade na publicidade: a importância da representatividade. Disponível em: <<http://www.agenciakuca.com.br/diversidade-na-publicidade-a-importancia-da-representatividade/>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

CERATTI, M. K. Jovens que não estudam nem trabalham: escolha ou falta de opções. In: **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/economia/1521229056_606414.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. B. O Prouni na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. In: **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n1/1982-5765-aval-22-01-00141.pdf>>. Acesso em 30 de dezembro de 2019.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Quatro dados alarmantes sobre a educação brasileira**. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/noticias/quatro-dados-alarmantes-sobre-a-educacao-brasileira/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

GOMES, I. O. Mídia e Educação: reflexões sobre a propaganda da propaganda. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12465/7064>> . Acesso em 01 de abril de 2020.

GUIMARÃES, E.; OLIVEIRA, J. Resultado do Enem mostra que metade dos candidatos não "passaria de ano". In: **Estado de Minas**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/01/23/internas_educacao,932780/resultado-do-enem-mostra-que-metade-dos-candidatos-tomariam-bomba.shtml>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

HADDAD, S. Educação e exclusão no Brasil. São Paulo, 2007.

HERINGER, R. Um balanço das políticas de cotas. In: **Ciência Hoje**. Disponível em: <<http://cienciahoje.org.br/artigo/um-balanco-da-politica-de-cotas/>>. Acesso em 20 de março de 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior**: notas estatísticas 2017. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf> . Acesso em 19 de dezembro de 2019.

INEP. Inep publica Edital do Enem 2019 e anuncia melhorias na segurança e sistema de inscrição. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-publica-edital-do-enem-2019-e-anuncia-melhorias-na-seguranca-e-sistema-de-inscricao/21206>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

LAVADO, T. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. In: **G1** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>>. Acesso em 27 de dezembro de 2019.

LERIA, L. A. et al. Enem acessível. In: **SciELO**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v24n1/1413-6538-rbee-24-01-0103.pdf>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019.

LEVIN, T. Comunicação Pública é tão importante quanto política. In: **Meio & Mensagem**. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2019/01/03/comunicacao-publica-e-tao-importante-quanto-politica.html>>. Acesso em 13 de abril de 2020.

LOSCHI, M. **Taxa de ingresso ao nível superior é maior entre alunos da rede privada**. In: **Agência de Notícias IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

LUZ, J. N. N. **Sistema de Seleção Unificada (Sisu)**: Refletindo sobre o processo de seleção. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3649/1956>>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. In: **Organicom** Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139084>>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

MANSUR, R. Desigualdade começa na escola. In: **O tempo**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/desigualdade-comeca-na-escola-1.2006836>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

MENDONÇA, E. S.; ARANHA, M. L. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça. In: **Revista em Pauta** Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47226/31987>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019.

MIZNE, D. Pobreza, desigualdade e o potencial das escolas públicas. In: **Fundação Lemman**. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/pobreza-desigualdade-e-o-potencial-das-escolas-publicas>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

MORENO, A. C.; VALADARES, M. **Desigualdade entre alunos ricos e pobres no Brasil está entre as maiores do mundo, diz estudo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/19/desigualdade-entre-alunos-ricos-e-pobres-no-brasil-esta-entre-as-maiores-do-mundo-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

MORI, L. A luta contra os fraudadores de cotas raciais nas universidades públicas. In: BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51581715>>. Acesso em 20 de março de 2020.

NASCIMENTO, C. G. V. O. A propaganda do Enem: uma análise sociosemiótica. In: **Estudos Linguísticos XXXV**. Disponível em: <<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/501.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

NEVES, M. Acesso ao ensino superior. Disponível em: <<https://istoe.com.br/acesso-ao-ensino-superior/>>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

OBSERVATÓRIO, do Terceiro Setor. **Brasil: 50% dos trabalhadores ganham menos de um salário mínimo**. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/brasil-50-dos-trabalhadores-ganham-menos-de-um-salario-minimo/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, C. In: **RBA**. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/06/pesquisa-ibge-mostra-que-educacao-brasileira-ainda-nao-e-para-todos/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

PANIAGO, E. A. F. Accountability e publicidade no estado democrático de direito. In: Caderno de Finanças Públicas. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3813/1/Cadernos%20de%20Finan%C3%A7as%20P%C3%BAblicas%20n.11%20Dez%202011.pdf#page=60>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

PARRODE, A. **Apenas 15% dos brasileiros tem ensino superior completo, mostra IBGE.** Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/apenas-15-dos-brasileiros-tem-ensino-superior-completo-mostra-ibge-113091/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

PAULA, A. COSTA. LIMA. Accountability e o mosaico da política de avaliação da educação superior brasileira. In: **REGAE.** Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/bf01/cc246b8bf33e280b4e7ca642e6017be5aabbd.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

PEREZ, Luana Castro Alves. Analfabetismo funcional; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile scola.uol.com.br/gramatica/analfabetismo-funcional.htm>. Acesso em 17 de junho de 2019.

PNE. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

POMBAL, D. **O uso dos pronomes de tratamento no texto publicitário.** Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-10.html>> . Acesso em 01 de abril de 2020.

PUTTI, A. **Apps são os maiores empregadores, mas precarização dá o tom nos trabalhos.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/proletariado-digital-apps-promovem-trabalhos-precarios-a-brasileiros/>>. Acesso em 10 de março de 2020.

SOARES, J. J. et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. In: **Estudos em avaliação educacional.** Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea/article/view/1903>>. Acesso em 13 de março de 2020.

SOLER, L. G. O conceito de justiça em John Rawls. In: **Jus** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/63758/o-conceito-de-justica-em-john-rawls>>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

TOLEDO, L. F. **No Enem, 1 a cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600.** Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/educacao,no-enem-1-a-cada-4-alunos-de-classe-media-triunfa-pobres-sao-1-a-cada-600,953041>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019.